

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**VALÉRIA GUIMARÃES MACEDO**

**DAS ESFERAS DA LEI 9795/99 À REALIDADE ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA  
ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA EM  
PARINTINS/AM**

**PARINTINS/AM**

**2018**

**VALÉRIA GUIMARÃES MACEDO**

**DAS ESFERAS DA LEI 9795/99 À REALIDADE ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA  
ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA EM  
PARINTINS/AM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Estudos de Parintins, Universidade Estado do Amazonas - UEA, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª Ma. Gracy Kelly Monteiro Dutra.

**PARINTINS/AM**

**2018**

**VALÉRIA GUIMARÃES MACEDO**

**DAS ESFERAS DA LEI 9795/99 À REALIDADE ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA  
ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA EM  
PARINTINS/AM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas.

Parintins, 07 de dezembro de 2018.

---

**Profª Ma. Gracy Kelly Monteiro Dutra**  
Universidade do Estado do Amazonas

---

**Profº. Me. Virgílio Bandeira do Nascimento Filho**  
Universidade do Estado do Amazonas

---

**Profº. Me. João Bosco dos Santos Brasil**  
Universidade do Estado do Amazonas

**PARINTINS/AM**

**2018**

*Dedicatória*

*Este trabalho é dedicado à minha mãe,  
María do Carmo, pelo amor e dedicação que  
tem doado a mim.*

*Aos meus irmãos Luciano, Rafael, Wesley,  
Júnior e Alan.*

## AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho busquei força espiritual. Sou grata primeiramente ao meu Deus, por ser meu refúgio e minha fortaleza que me enviou força e sabedoria para concluir esta etapa da minha vida.

Sou eterna e imensamente grata a minha mãe Maria do Carmo P. Guimarães, que me criou com muita dedicação e amor, que me apresentou o caminho da educação e da fé. Também ao meu pai João Bosco P. Macêdo que me ajudou financeiramente.

Aos meus irmãos Luciano, Rafael, Wesley, Júnior e Alan, pelo apoio e ajuda nesta minha caminhada.

A concretização desta pesquisa não seria possível sem a participação da minha orientadora Prof<sup>a</sup> Ma. Gracy Kelly Monteiro Dutra, que aceitou meu pedido para me auxiliar em cada detalhe deste trabalho.

Uma pessoa muito especial que conheci no estágio que também não poderia esquecer é a professora Tânia, e sempre me deixou a vontade para realizar minhas atividades.

Sou grata a minha colega de curso Keyciane de Souza Tavares, que me ajudou em vários momentos que precisei no decorrer desta elaboração de trabalho.

Agradeço à minha prima Lucinara P. Guimarães que me incentivou desde o início do curso, me apresentando a vida acadêmica.

Agradeço a todos meus professores do curso de Pedagogia e da escola Mércia Coimbra que contribuíram com meu conhecimento e experiência no campo da educação. Enfim, a todos que me ajudaram direta e indiretamente nesta pesquisa.

Muito obrigada!

*“Nenhum homem pode banhar-se  
duas vezes no mesmo rio...*

*Pois na segunda vez o rio já não é o  
mesmo, nem tão pouco o homem!”*

*Heráclito Éfeso*

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a Educação Ambiental no currículo da Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra em Parintins/Am com base na Lei 9795/99 da PNEA, foi realizada no período de dezesseis meses. A mesma é um trabalho de conclusão no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, que tem como objetivos específicos verificar se a escola trabalha as questões ambientais com base na lei 9795/99 da PNEA; constatar se os professores são conhecedores da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental; identificar se escola possui algum desafio para desenvolver ações ambientais e averiguar se é possível desenvolver atividades interdisciplinares a partir da realidade do aluno. Ao sujeitos da pesquisa são 03 professores, a coordenadora, secretária e a gestora da instituição. Para aprimorar esta investigação utilizei os estudos de Tristão (2004), Pena-Vega (2003), Guimarães (2013), entre outros, a fim de ir além de uma observação participante. A pesquisa é qualitativa, dentro de uma abordagem crítica. As técnicas foram entrevista semi-estruturada, fotos, notas de campo e observação participante, ressaltando que foram aplicadas duas oficinas. Esta pesquisa contribuiu para minha formação docente, pois possibilitou uma profunda compreensão sobre alguns princípios básicos da Lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), discutindo sobre o conceito e trajetória da Educação Ambiental, assim como as concepções acerca do currículo escolar, relacionando e interligando suas funções na escola brasileira.

**Palavras – chave:** Lei 9795/99. Educação Ambiental. currículo.

## ABSTRACT

The present research aims to analyze the Environmental Education in the curriculum of the Mércia Cardoso Coimbra Municipal School in Parintins / Am based on Law 9795/99 of the PNEA, was carried out in the period of sixteen months. The same is a work of conclusion in the course of Pedagogy of the University of the State of Amazonas, whose specific objectives are to verify if the school works the environmental issues based on the law 9795/99 of the PNEA; to verify if teachers are aware of Law 9795/99 dealing with the National Environmental Education Policy; to identify if the school has some challenge to develop environmental actions and to investigate if it is possible to develop interdisciplinary activities based on the student's reality. The subjects of the research are 03 teachers, the coordinator, secretary and the manager of the institution. To improve this research I used the studies of Tristão (2004), Pena-Vega (2003), Guimarães (2013), among others, in order to go beyond a participant observation. The research is qualitative, within a critical approach, the techniques were semi-structured interview, photos, field notes and participant observation, noting that two workshops were applied. This research contributes to my teacher education, as it allows a deep understanding of some basic principles of Law 9795/99 of the National Environmental Education Policy (PNEA), discussing the concept and trajectory of Environmental Education, as well as the conceptions about the school curriculum , relating and interconnecting their functions in the Brazilian school.

**Keywords:** Law 9795/99. Environmental Education. curriculum.



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b> Loto leitura na temática ambiental. ....	38
<b>FIGURA 02:</b> Jogo da memória com tema reciclagem. ....	38
<b>FIGURA 03:</b> Vídeo aula e exposição oral. ....	40
<b>FIGURA 04:</b> Construção de gráficos e tabelas. ....	40
<b>FIGURA 05:</b> Pesquisa e identificação das plantas. ....	41

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> - Concepções acerca de educação ambiental .....	26
<b>QUADRO 02</b> - Atividades ambientais desenvolvidas na escola .....	27
<b>QUADRO 03</b> - Trabalho interdisciplinar na questão ambiental.....	28
<b>QUADRO 04</b> - Conhecimento dos sujeitos acerca da lei 9795/99.....	29
<b>QUADRO 05</b> - Desafios encontrados para desenvolver atividades ambientais.....	30
<b>QUADRO 06</b> - Importância desenvolver a questão ambiental na escola.....	31
<b>QUADRO 07</b> - Espaços em que as ações ambientais são desenvolvidas .....	32
<b>QUADRO 08</b> - Disciplina de meio ambiente na formação dos docentes .....	33

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PNEA</b>	Política Nacional de Educação Ambiental

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO (1972) À ESCOLA DO SÉCULO XXI.....</b>	<b>14</b>
1.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	15
<b>2 LEI N° 9795/99-POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO.....</b>	<b>20</b>
2.1 O CURRÍCULO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA.....	20
2.1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental na escola brasileira.....	23
<b>3 DESVELANDO A REALIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA.....</b>	<b>26</b>
3.1 <b>Argumentações dos sujeitos colaboradores.....</b>	<b>26</b>
3.1.1 - Depoimento do sujeito identificado motivação sobre as atividades que são desenvolvidas na escola .....	35
3.1.2 Primerira aplicação de oficina interdisciplinar sobre elementos naturais com a turma do 2º ano .....	36
3.1.3- Segunda aplicação de oficina interdisciplinar sobre plantas com a turma do 2ºano .....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo é uma análise sobre a Educação Ambiental no currículo da Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra, localizada na zona urbana do município de Parintins/Am. A análise parte dos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental da (Lei 9795/99), a qual mostra caminhos para chegar ao que desejamos ambientalmente no currículo escolar, como as questões relacionadas com a interação complexa entre seres humanos em coletividade e a natureza; interação a ser compreendida, a fim de encontrar soluções, garantindo assim a vida no planeta.

As argumentações elencadas ao longo de nossa pesquisa buscam atingir o objetivo geral que é analisar o processo de reflexão e ação da Educação Ambiental na Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra a partir da Política Nacional de Educação Ambiental. Diante disso, as questões norteadoras foram:

- A escola trabalha as questões ambientais com base na lei 9795/99 da PNEA?
- Os professores são conhecedores da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental?
- A escola possui algum desafio para desenvolver ações ambientais?
- É possível desenvolver atividades interdisciplinares a partir da realidade do aluno?

Estes argumentos se transformaram nos objetivos específicos do estudo pretendido. Através deste estudo, ressaltamos que, através da categorização ambiental na prática escolar, é possível sensibilizar os indivíduos sobre a importância da responsabilidade ambiental, despertando em cada um dos envolvidos o respeito e consciência socioambiental, formando seres sociais que pensam, refletem e agem em prol a um ambiente sadio e equilibrado. Esse cenário promove um outro olhar sobre a complexidade da educação no currículo escolar, o qual envolvendo a comunidade, a família, docentes e discentes para ocorrer da melhor maneira o processo de ensino e aprendizagem.

O lugar da pesquisa foi a Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra, localizada na Rua João Meireles, no bairro de Palmares. Este educandário foi fundado em 1986, com o nome de “Pré-Escolar Cirandinha”, nas dependências da Igreja Evangélica Batista Regular, até então localizada na rua Francisco Augusto Belém, no bairro de Santa Clara. Atualmente, a escola consta com um quadro de vinte e

três funcionários, divididos nos turnos matutino e vespertino, atendendo duzentos alunos do Ensino Fundamental de Primeiro ao Quinto Ano.

A escola tem por objetivo proporcionar ações educativas que contribuam para construção do conhecimento do educando, para a promoção pessoal e coletiva e a formação social e política do aluno, da equipe escolar e dos atores envolvidos de forma consciente e responsável visando a atuação e participação na sociedade. Assim, a temática ambiental é essencial nessa complexidade de ações que a escola prioriza

Com base na relação ser humano e natureza, esta pesquisa científica tem caráter qualitativo, que visa encontrar as respostas subjetivas e objetivas quanto ao exercício da Educação Ambiental no currículo da Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra, com base na lei 9795/99 da PNEA. As pesquisas qualitativas “[...] exigem descrições, compreensões e análises das informações e dos fatos, em que naturalmente não apresentam-se em forma de números” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p.135), pois estão envolvidas entrevistas com professores e gestor(a) da escola. Sabemos que a pesquisa qualitativa é uma busca aprofundada sobre um fenômeno por meio de descrições, comparações com o intuito de entender valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões, sem envolver estatísticas e regras, pois nela o pesquisador tem presença direta e longa com o contexto e objeto da pesquisa (BOTELHO, 2013). A pesquisa possui abordagem crítica, que segundo Torres; Ferrari e Maestrelli (2014) pode ser vista como como uma filosofia da educação que orienta o pensar e o agir humano, quando trata-se de transformações das situações concretas e limitantes de uma vida com condições melhores para os sujeitos, isso necessita de uma mudança cultural e social.

Deste modo, os sujeitos da pesquisa foram 03 (três) professores, a gestora, a coordenadora pedagógica da escola e a secretária escolar, totalizando 06 (seis) sujeitos colaboradores. A técnica de acesso para as informações necessárias à pesquisa foi a entrevista semi-estruturada com uso de um roteiro prévio, pois, para Fonseca (2008) uma entrevista precisa ser bem elaborada, bem realizada e interpretada, por isso, a necessidade de definir os objetos e o tipo de entrevista. A entrevista nos estudos pessoa - ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão física - espacial do ambiente, integrante de

experiências e ações humanas nos níveis intrapessoal e interpessoal, grupal ou intergrupar (GÜNTHER, 2008).

Este trabalho de conclusão de curso foi dividido em três capítulos. As argumentações foram se aliançando desde o histórico da educação ambiental, perpassando pela Conferência de Estocolmo até à implantação no cenário brasileiro da Política Nacional de Educação Ambiental nas escolas, em especial, na Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra. Assim, este estudo visa mostrar a relação que há entre o que está na lei, em sua teoria, e sua aplicabilidade real no dia a dia.

## 1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO (1972) À ESCOLA DO SÉCULO XXI

A primeira vez em que o fenômeno ambiental foi visto como uma problemática na sociedade ocorreu no dia 5 de junho de 1972. A cidade de Estocolmo sediou, em 1972, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, com o intuito de debater sobre a degradação ambiental que estava presente naquele cenário mundial (LIMA; MOURÃO, 2007). A Conferência reuniu encarregados de 113 países e pessoas de diversos lugares do mundo. Tornou-se um marco histórico. A partir daí se impregnava a busca por um enfrentamento para deter o crescente processo de poluição em massa e usos indevidos dos recursos ambientais, causadores de desequilíbrio inconsequente entre crescimento econômico - pessoas - natureza.

A Conferência de Estocolmo resultou em 109 recomendações e, aproximadamente, 150 propostas como base para ações ambientais. Houve atitude por parte dos governos e organizações não governamentais, criando ministérios, legislação e regulamentos ambientais. Os grupos aprofundaram-se para assuntos ecológicos e conscientização num sentido amplo.

Em 1975 foi realizado o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, com participação da PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Neste evento, foi aprovada a Carta de Belgrado<sup>1</sup> com elementos e estruturas de programas de Educação Ambiental em níveis nacional, regional e local. Também neste ano, no encontro em Belgrado (capital da Sérvia), foi instituído o Programa Internacional de Educação Ambiental, que produz orientações curriculares baseada em interdisciplinaridade, reflexão crítica e resolução de problemas.

No ano de 1977 ocorreu na Geórgia, a Conferência de Tbilisi, a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, elaborando princípios e metas para formar indivíduos que compreendam a dimensão da realidade ambiental (TRISTÃO, 2004). Esta conferência marca uma nova relação na questão da Educação Ambiental, o enlace entre Ecologia e Economia. A Conferência de Tbilisi

---

<sup>1</sup> A Carta de Belgrado é um documento sobre a educação ambiental, que aborda um novo conceito de desenvolvimento, inclusive reconhece inadequação dos processos e sistemas educacionais. Foi resultante de um encontro promovido pela UNESCO (DIAS, 2003).



propõe que a Educação Ambiental deve assumir uma abordagem interdisciplinar, ocorrendo um diálogo entre as disciplinas para promover uma visão completados problemas de meio ambiente, sugerindo inclusive uma abordagem curricular que esteja presente atividades práticas e experiências concretas.

Em 1992 houve um grande encontro convocado pela ONU sobre meio ambiente com sede no Rio de Janeiro, a chamada Rio – 92 ou Eco – 92. Este evento produziu dois convênios: a da Biodiversidade<sup>2</sup> e a das Mudanças Climáticas<sup>3</sup>. Um importante documento resultante desse encontro também foi a Agenda 21, com recomendações pensadas para o desenvolvimento sustentável, propondo uma associação entre a preservação do meio ambiente, avanços da sociedade e a eliminação da pobreza.

Salientamos que a partir da Rio – 92 houve uma inserção da temática ambiental no currículo escolar quando, entre os anos de 1997 e 1998, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, o qual tem uma orientação sobre a Educação Ambiental, qual deve ser formalmente trabalhada no currículo através de um tema transversal denominado Meio Ambiente (GARCIA, 2013).

Diante dessa trajetória, as ONGs ambientalistas se preocupavam em discutir sobre a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental ( lei n.9.795, de 7 de abril de 1999), promovida pela Câmara Técnica Provisória de Educação Ambiental do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). De acordo com os estudos de Lima e Mourão (2007), os documentos que amparam legalmente a Educação Ambiental são a Constituição Federal de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais- Meio Ambiente e Saúde, os quais apresentam orientações para ser possível desenvolver essa temática em sua complexidade.

## 1.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é vista como um processo contínuo, na qual sua inserção nas unidades de saberes é de suma necessidade. Esta categoria do saber

---

<sup>2</sup> Biodiversidade refere-se a exploração das formas de vida e consagra o direito dos povos que tem floresta terem acesso aos benefícios produzidos com seus recursos extraído dela (FARJADO, 1998).

<sup>3</sup> Mudanças climáticas aponta para formas e prazos para a redução de atividades poluentes que tem reflexo sobre o clima no mundo. (FARJADO, 1998).

objetiva a reflexão entre o conhecimento e a compreensão dos sujeitos para as condições do seu ambiente, que ao mesmo tempo gera conhecimentos, valores e habilidades para os indivíduos agirem de forma segura e eficaz na resolução dos problemas ambientais da sociedade contemporânea. Ressalta-se que a Educação Ambiental orienta o processo de educação para a sustentabilidade, promovendo transformações éticas, tendo como princípio a ação. Esta prática fortalece iniciativas para cidadania, ecopedagogia, sociedades sustentáveis e gestão ambiental (TRISTÃO, 2004).

Na concepção de Dias (2003) a Educação Ambiental é um processo do qual os indivíduos entendam sobre o funcionamento do ambiente, o que ele oferece, como é afetado e como promove a sustentabilidade, pretendendo desenvolver conhecimento, habilidades para construir valores e atitudes indispensáveis para superar questões/problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis. Para Macedo et al. (2016) atualmente o desequilíbrio ambiental vem se agravando devido à utilização de forma insustentável dos recursos ambientais, carecendo de intervenções diretas e preventivas na acepção social, para não haver possibilidade de extinção de vida no planeta. A sociedade com padrões de consumo insustentável acarretam alterações ambientais globais, como, desflorestamento, poluição, perda de solo, entre outros. Torna a vida social mais injusta, desigual e insensível (DIAS, 2003).

Somos testemunhos das transformações, de desenvolvimento científico e tecnológicos, de grandes descobertas, que favorecem o desenvolvimento econômico, porém há um cenário que se estabelece de intensa gravidade para as futuras gerações com danos ambientais como afirmam Sales e Batista (2016) Questionamentos surgem, como estes: Para onde o ser humano está caminhando? O que ele está criando para a sobrevivência do planeta? Possíveis respostas em cima disso afloram, como a ética socioambiental deveria ser uma aliada nos progressos gerados pelos indivíduos, pensando na coletividade, e não o egoísmo sem chegar à divisão de classes. Contudo, surge uma ação definida como desenvolvimento sustentável, que é composto de atividades que não inviabilizam o futuro, como aponta Farjado (1998).

Ignacys Sachs<sup>4</sup> (2009) considera oito componentes do desenvolvimento sustentável: o *social*, que ressalta a qualidade de vida e homogeneidade social, o *cultural* se refere à respeito a tradição e inovação, e autoconfiança combinada com abertura para o mundo, o *ecológico* diz limitar o uso dos recursos não-renováveis, o *ambiental* apontar respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, o *territorial* propõe a melhoria do ambiente urbano, o *econômico* aponta para o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, além da *política nacional e internacional*. Tais elementos fazem parte da educação ambiental para que se perceba e entenda a complexidade de estruturas subjetivas e objetivas que circundam o saber ambiental.

Os componentes do desenvolvimento sustentável proposto por Sachs reflete a necessidade de olhar para todas as estruturas da relação ser humano e natureza, pois, os resultados das criações tecnológicas não foram refletidos sobre suas causas futuras, o mau uso destas invenções, descobertas e o que realmente é bom para a humanidade. Com tanto, o desenvolvimento científico e tecnológico, as comunidades humanas estão sofrendo com os lados negativos desses avanços.

Dias (2003) afirma que a Educação Ambiental é capaz de preparar os indivíduos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável, visto como modelo estratégico para responder os desafios e crises humanas, como, ambientais, sociais, econômicos e outros causados pela perda de novos valores e falta de ética dos seres humanos.

Para Tristão (2004) o alto consumo dos países industrializados e o desenvolvimento econômico, trazem consequências sobre a diversidade biológica, social e cultural, na qual estão interligadas com a sustentabilidade do ambiente.

Nesse cenário de degradação social e ambiental, as pessoas podem mudar essa realidade, agindo de maneira reflexiva e com ética no que faz, assim também no plano da educação, que cada um colocando em prática suas habilidades, as ações educacionais, o sistema de ensino vai ocorrer com mais qualidade. Muitas mudanças na qual o próprio ser humano desenvolve, resultam em pontos positivos e

---

<sup>4</sup> Ignacys Sachs nasceu em Varsóvia, veio para o Brasil adolescente, refugiado da Segunda Grande Guerra Mundial. Viveu no Brasil por 14 anos, se formou em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro, e trabalhou na Embaixada da Polônia no Brasil. Retornou à Polônia onde trabalhou no instituto de Relações Internacionais, e tornou-se um dos primeiros pesquisadores a dedicar-se ao tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento (KRUEL, 2010.p.02).

negativos, que abarca aspectos educacionais, ecológicos, econômicos, políticos e históricos (DUTRA, 2017).

O desenvolvimento sustentável que prevê sociedades sustentáveis, num processo equilibrado entre desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Esse desenvolvimento atende as necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. Outro ponto é melhorar condições de vida dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas, as políticas de desenvolvimento e seu comprometimento, possibilitando acesso aos recursos e distribuição de custos e benefícios, ressaltando algo indispensável para sua implementação de forma crítica que é a Educação Ambiental, como esclarece Dias (2003).

É oportuno dizer que a escola necessita exercer seu papel, de estimular sujeitos formadores de opinião, fazendo os estudantes reavaliarem seus comportamentos perante o ambiente em que estão inseridos, formando cidadãos responsáveis e conscientes para contribuírem com um ambiente sustentável, como afirmam Santos e Vasconcelos (2016). Dias (2003) argumenta que a Educação Ambiental sendo promotora do desenvolvimento sustentável, deverá disponibilizar meios como, conhecimentos e habilidades e outros, pelos quais os indivíduos possam tomar decisões acertadas em busca de melhoria e manutenção do ambiente, lembrando que a educação não é neutra, mas é uma ação cultural.

Tristão (2004) afirma que o objetivo da escola é construir valores por meio de estratégias, permitindo um espaço para os estudantes para o que deve conservar em sua herança cultural, natural e econômica, a fim de chegar a equilíbrio com a sustentabilidade. É por meio dessas estratégias pedagógicas que os estudantes são convidados a refletir sobre suas atitudes na vida coletiva, pois agindo juntos podem transformar a realidade.

A escola pode desenvolver trabalhos acerca de sustentabilidade, cidadania, ecologia voltada para as problemáticas ambientais como o desmatamento, a poluição, desperdícios e outros problemas a fim de estimular os estudantes a criarem suas próprias ideias, invenções para amenizar esses problemas, tirando os mesmos de um cenário de alienação (TRISTÃO, 2004). Toda ação feita no âmbito escolar precisa da relação com os contextos e realidade dos estudantes, instigando-os para identificar problemáticas a sua volta, despertando a inquietação, eliminando o comodismo e a alienação para os paradigmas existentes que traz consequências negativas para a sociedade. Para Tristão (2004) os educadores transformam os

processos, as situações de aprendizagem nas unidades escolares, porém, algo é preocupante, a sua formação, pensando nas ações da educação voltadas a sustentabilidade, pois a formação é um artifício contínuo.

É importante a participação dos professores nas tomadas de decisões, propondo idéias e propostas nas políticas públicas, na elaboração do currículo, reafirmando seus conhecimentos, inclusive nas reformas curriculares, valorizando e reconhecendo o papel do professor. Com a teoria, o profissional tem a oportunidade de analisar e compreender diversos contextos como históricos, sociais e culturais, o que é importante para seu desenvolvimento docente, pois aborda e trata de sujeitos de aspectos diferentes para uma ação de forma ampla.

O professor deve estar preparado para lidar com aspectos culturais, científicos, tecnológicos e ir além das fontes e produção, saindo de um plano alienado sobre as coisas (TRISTÃO, 2004). Uma escola em que oferece ensino de qualidade é um lugar de investimento e valorização, onde professores, alunos e corpo docente recebem condições para realizarem suas atividades e ações. Portanto, isso resulta em análise crítica e reflexão no sistema educacional sobre a preparação desses profissionais sobre a educação voltada para o meio ambiente.

Ramos e Ramos (2008) dizem que o engajamento de um docente em projetos significativos na sociedade atual, na educação continuada e nas relações com outros professores, estimula o mesmo a ultrapassar antigos padrões quando se veem proprietários do conhecimento amplo do meio ambiente. Para Souza et al. (2016) os professores são capazes de realizar um diálogo envolvendo a realidade de vida dos estudantes, estimulando os mesmos a participarem das ações educativas pensando no desenvolvimento da temática ambiental.

Diante das argumentações apresentadas, para obter um resultado eficaz, torna-se necessário desenvolver atividades inovadoras, utilizando cores, músicas, jogos e humor para que os estudantes reconheçam como significativo, que atenda suas expectativas e que seja agradável, participando ativamente delas, assim aprendendo com eficiência as práticas ambientais adotadas pelas instituições educacionais. Nessa perspectiva, a educação ambiental irá se tornar atrativa e sensibilizará toda a comunidade escolar.

## **2 LEI Nº 9795 / 99 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO**

Este capítulo aborda alguns princípios básicos da Lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), discutindo sobre o conceito de Educação Ambiental e currículo escolar, relacionando e interligando suas funções na escola. A PNEA apresenta orientações e objetivos no campo da política, interdisciplinaridade, transversalidade, em nível formal e informal em todas as modalidades de ensino, e a necessidade de uma formação contínua, sendo possível assim desenvolver ações educativas. Também ressalta a construção de um currículo que precisa atender as demandas de uma sociedade e esta por sua vez precisa acompanhar as transformações decorrentes dela como, a percepção complexa da questão ambiental, interações entre ambiente, cultura e sociedade.

### **2.1 O CURRÍCULO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA**

O currículo é um documento designado para orientar e planejar a melhor forma para ocorrer o processo de ensino-aprendizagem. Na concepção de Moreira e Silva (1994) o currículo é considerado um artefato social e cultural, ele está implicado em relações de poder, passando visões sociais particulares e de interesse, assim constituindo identidades almeçadas, ligadas a organização da sociedade e da educação.

Ele se materializa nos projetos pedagógicos que são formados em comunidade, além disso, nas matérias, disciplinas e conteúdos com o objetivo de contribuir na aprendizagem dos alunos . Como argumentam Moreira e Silva (1994) o currículo não é um espaço de transmitir algo para ser passivamente absorvido, mas criará e produzirá cultura atuante, ou seja, os conjuntos de conhecimentos e valores não são visto como transmissão não-problemática a uma nova geração.

O currículo tem que ficar interligado com a prática pedagógica do professor, pois, é preciso planejamento para os conteúdos das aulas. Ele propõe caminhos de conhecimento para serem construídos, seguidos e desenvolvidos de acordo com a necessidade de cada realidade da comunidade escolar, a fim de transformar uma sociedade, trabalhando em conjunto para alcançar os objetivos deste documento (CORDIOLLI, 2004).

Torres e Maestrelli (2014) argumentam que precisa haver mudança referida a uma passagem do currículo tecnicista para um currículo crítico que pode ser feito com o contexto escolar saindo de grade de conteúdos estruturados e técnicas, mas num processo que ocorra e continue de forma ampla, por isso, a construção de um currículo precisa atender as demandas de uma sociedade, e esta por sua vez precisa acompanhar as transformações decorrentes dela (CAMARGO, 2011).

Sacristán (2013) afirma que o currículo por condicionar práticas de educação, torna-se um componente formador da realidade do sistema de educação, dando forma a ela. Ele é um texto que apresenta e representa interesses, aspirações e ideais. O termo possui origem do latim “*curriculum*”, que era utilizado para designar a carreira, mas em nosso idioma tem dois sentidos: um refere-se ao percurso ou decorrer da vida profissional e o outro tem sentido de construir a carreira do estudante, os conteúdos e sua organização, ou seja, o que o aluno deve aprender e em que ordem deve ser realizado o ensino deles (SACRISTÁN, 2013).

Moreira (2011 apud TAVANO; ALMEIDA, 2018) coloca que as divergências são causados por problemas complexos, quando se trata de um conceito que é uma construção cultural, histórica e socialmente determinada, relaciona sempre a uma prática condicionadora do mesmo e de sua teorização. O currículo no contexto educacional é indispensável porque ele define o conteúdo a ser estudado e como ensiná-lo, visando o processo de aprendizagem (CORDIOLLI, 2004).

Este elemento deve ser formulado a partir das necessidades e limitações dos educandos junto com a equipe pedagógica e comunidade para construção de conteúdos diversificados. Ele promove ações voltadas para o desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos estudantes, a fim de ser um fator para transformação social (CORDIOLLI, 2004).

Para que haja uma educação de qualidade faz-se necessário avaliar e refletir o currículo, pois influencia no desenvolvimento pleno do sujeito, ou seja, se for pensado para a realidade histórica, cultural e social da comunidade com o objetivo de formar alunos críticos e questionadores da sua própria realidade (CORDIOLLI, 2004).

Os conteúdos de um currículo diferenciado são relevantes porque ele prepara os estudantes para a vida profissional, influenciando-os nas descobertas de suas habilidades naturais, aumenta sua autoconfiança, fazendo o sujeito refletir sobre o que está aprendendo (CORDIOLLI, 2004). Ele se diferencia da formação promovida

pelo currículo tradicional, por que vai além do domínio de conhecimento de matérias, o currículo diferenciado visa a preparação para a vida, desenvoltura, para se comunicar, solucionar problemas e outros (CORDIOLLI, 2004).

Tristão (2004) lembra que para refletir a realidade através do diálogo, da ação interdisciplinar, o currículo necessita focar na discussão crítica e emancipatória de todas as áreas científicas para que haja uma mudança social e intelectual do educando, em vista disso, a educação ambiental deve estar, não como disciplina, mas, como discussão transversal em todas as disciplinas formais.

Equivocadamente, a educação ambiental é vista como parte da ciências naturais e ecologia, desconhecendo a totalidade da sua dimensão, não deixando de lado a relevância destas. São processos que envolvem vários caminhos e redes de sistema, não um conteúdo específico que precisa ser trabalhado somente em dias pontuais como por exemplo do meio ambiente. Pelo contrário durante todo o ano letivo deve estar envolvido nas mais diversas áreas do saber. Para Guimarães (1995) a EA é um processo educativo que precisa da participação de todos para formar um novo modelo de sociedade que contemple aspectos socioeconômicos e um ambiente sadio.

O Artigo 11º da Lei 9795/99, em seu parágrafo único, diz que os professores que já estão atuando devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da PNEA (BRASIL, 1999). É inegável que esta lei precisa ser divulgada, entrar em um sistema pedagógico de comunicação para que os docentes sejam sabedores deste código, enriquecendo sua prática educativa, trabalhando com os educando na sua forma jurídica, não somente seus aspectos ambientais.

A participação dos professores é fundamental nessa mobilização, dando oportunidade por meio de sua prática pedagógica, saindo da mesmice, inovando, acompanhando as transformações da sociedade de envolver a comunidade, além de envolver a comunidade escolar para um desafio pessoal (ARAÚJO, 2015). Como esclarecem Torres e Maestrelli (2014) que a práxis pedagógica pautada entre reflexão e ação dos educandos e educadores sobre a realidade que pode ser transformada requer um contexto escolar de EA baseada em temas geradores da Pedagogia Freiriana com os processos formativos e práticas curriculares.

Uma formação baseada na reflexão e na criticidade desenvolve mentores capazes de refletir sobre sua prática educativa de forma libertadora, preparados



para atuar com autonomia no processo pedagógico, propiciando oportunidades para os sujeitos perceber sobre as contradições sociais a partir de um conteúdo surgindo outros temas, trazendo para si novos conhecimentos (FREIRE, 2013). No entanto, existe uma falha na formação dos docentes, principalmente dos recém-formados dos centros acadêmicos, pois recebem todo um aparato de conhecimento científico, porém ao ingressar no espaço escolar, ficam submissos à cultura da gestão escolar, isso pode ser uma consequência do processo formativo que não conseguiu firmar com os processos cognitivos e receptivos desses docentes (OLIVEIRA; GHEDIN; ALMEIDA, 2015).

Rosa (2014) discute que as instituições de formação devem proporcionar oportunidades de formação, buscando adequar a sua oferta às necessidades dos professores, ressaltando que os mesmos devem assumir-se responsáveis do seu processo de formação e desenvolvimento profissional. É necessário que os mesmos busquem atitudes, iniciativas, auto avaliação, relacionando a prática com a teoria, pois tudo isso resulta em novas aprendizagens e práticas profissionais. Ou seja, uma nova atitude profissional, compreendendo seu papel, sua função e missão docente.

### **2.1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental na escola brasileira**

No dia 27 de abril de 1999 foi aprovada a Lei nº 9795/99 e seu regulamento, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA para reforçar e qualificar o direito de todos para a educação ambiental, apresentando princípios e objetivos. Esta lei não concretiza ou operacionaliza a educação ambiental no projeto político pedagógico da escola brasileira, mas ela disponibiliza orientações e objetivos, sendo possível desenvolver diretrizes comuns, como a percepção complexa da questão ambiental, interações entre ambiente, cultura e sociedade, assim como aspectos crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente que podem ser trabalhados em cada nível e modalidade de ensino (LIPAI; LYARGUES; PEDRO, 2018).

Em seu artigo 1º, a PNEA define que Educação Ambiental é um processo que deve estar presentes na construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, por meio de indivíduo e da coletividade visando a conservação do meio ambiente, pois é bem de uso comum do povo indispensável

para qualidade de vida e sustentabilidade (BRASIL, 2017). Esta lei estabelece que a EA deve desenvolver processos que objetiva a conservação do meio ambiente e marca no artigo 4º, inciso III, o princípio básico da EA a partir do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na multi - inter - transdisciplinaridade<sup>5</sup>.

No artigo 3º, inciso VI, a PNEA dispõe que a sociedade como um todo, deve manter atenção permanente a formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (BRASIL, 2017). Assim, o sujeito poderá evidenciar os malefícios de situações presentes na atualidade, como exemplos, as ocupações indevidas, o avanço gradativo da agricultura e da pecuária sem fiscalização e possíveis alternativas das autoridades competentes para evitar a destruição sem controle das áreas naturais provocando danos a qualidade de vida dos seres, fauna e flora (VIVEIRO, 2015).

Como estabelece a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental), em seu artigo 5º I da PNEA que é objetivo fundamental da educação ambiental o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológico, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Neste mesmo artigo, inciso IV, estabelece o incentivo, a responsabilidade e participação coletiva e individual para a preservação do equilíbrio do meio ambiente (BRASIL, 2017).

A escola possui papel fundamental em desenvolver uma educação em que promova o ser, com liberdade para pensar e criar. Diante disso, a prática educativa deve ser emancipatória, disponibilizando uma discussão e um diálogo aberto com os estudantes, que são responsáveis e influenciam nas redes de significados e conhecimentos (TRISTÃO 2004). Nesse sentido, a EA deve ser trabalhada pelo educador para sensibilizá-lo de acordo com a realidade dele, com o intuito de chegar a uma vivência plena, e esse processo postula em seus objetivos gerais uma ampliação da consciência individual para uma consciência coletiva, almejando a melhoria da qualidade do ambiente, como ressalta Guimarães (2013).

---

<sup>5</sup> Multidisciplinaridade é uma justaposição de conteúdos entre disciplinas diferentes ou integração de conteúdos numa mesma disciplina (TRISTÃO, 2004).

A interdisciplinaridade preconiza ação conjunta das diversas disciplinas em torno de temas específicos (DIAS, 2003).

A transdisciplinaridade possui conceitos mais soltos para estabelecerem articulações, sem territórios, nem fronteiras (TRISTÃO, 2004).

Sabemos que a escola tem um papel muito influente. É necessário que esta instituição social assuma seu papel e aplique a PNAE nas suas atividades escolares, por isso, torna-se necessário a inserção da educação ambiental nos currículos escolares, pois representa a relação entre escola e sociedade atuantes para a conservação ambiental, e também contribue na formação e desenvolvimento dos sujeitos, de forma direta ou indireta (MINÉU et. al., 2014).

A PNEA no artigo 10º, inciso 1º, enfatiza que a educação ambiental não pode ser uma disciplina específica no currículo de ensino, pois não é um conhecimento programático, inerte e estruturado limitando sua amplitude, porém, envolve muitas dimensões. Em vistas disso, no artigo 8º, a PNEA menciona alternativas curriculares e metodológicas na capacitação de educadores para o conhecimento ambiental. (BRASIL, 2017). Essas estratégias priorizam os conteúdos escolares relacionando-os com a realidade concreta, contextualizando o conhecimento sistematizado (GUIMARÃES, 2013).

Decerto que a prática ambiental no currículo se dá a partir da assimilação da complexidade que abarca a causa ambiental. A educação ambiental por não ser um conteúdo disciplinar, mas transdisciplinar, é importante para a realidade da escola, pois uma interrelação de conteúdos devem estar articulados na prática em sala de aula, tornando-se ponto de reflexão e inferência para construção de outros conhecimentos.

### 3 DESVELANDO A REALIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA

As observações realizadas proporcionaram uma concepção concreta sobre a prática de reflexão e ação para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que diz respeito a Educação Ambiental na Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra. Este capítulo mostra os argumentos dos sujeitos colaboradores como professores, secretária, coordenadora pedagógica e gestora acerca de questões socioambientais trabalhadas na escola, além de duas oficinas desenvolvidas em uma turma do 2º ano.

#### 3.1 Argumentações dos sujeitos colaboradores

Foi perguntado aos entrevistados sobre a visão que eles possuem sobre educação ambiental. Para resguardar as suas identidades, as suas funções foram alteradas para nomes fictícios, os quais representam características propostas para o profissional em Educação Ambiental. Percebemos que estes têm uma concepção restrita do que vem ser de fato a Educação Ambiental, relacionando apenas com limpeza, sem poluição, ou o que não deve ser feito, como o mau hábito de jogar lixo no chão. Todavia, apenas o sujeito identificado como *conhecimento* tem uma visão mais abrangente sobre o conceito do termo, como mostra o quadro 01 a seguir.

#### Quadro 01 - Concepções acerca de Educação Ambiental

O que você entende por Educação Ambiental?	
<b>Atitude</b>	<i>É a harmonia entre o <b>homem e o seu meio ambiente.</b></i>
<b>Habilidade</b>	<i>Vejo que Educação ambiental é uma das formas que podemos mostrar para o <b>aluno como ele está vulnerável ao ambiente que ele está inserido</b>, mais diretamente ao seu próprio habitat. Somos nós educadores, que temos o poder de comunicação para a conscientização ambiental. Portanto, a educação ambiental é manter o nosso ambiente sempre limpo e agradável.</i>
<b>Valores</b>	<i>Educação Ambiental é uma e toda forma de educar, instruir, disciplinar o meio ambiente em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração a outra.</i>
<b>Interação</b>	<i>Tudo o que se trabalha para o benefício do ambiente, não só falando de natureza, mas qualquer ambiente que você vive . Ambiente não é só floresta, mas todo lugar que você vive, a sala de aula, o teu escritório, a tua casa, o teu quintal, e <b>todo o processo de proteção ao ambiente que você esta inserido, limpeza e organização.</b></i>
<b>Conhecimento</b>	<i>A educação ambiental é um processo de educação responsável por formar o indivíduo preocupados com os problemas ambientais e que busque a conservação e preservação dos recursos e sustentabilidade.</i>

Fonte:Guimarães (2018).

Comparando as resposta, os sujeitos tem uma visão ambientalista acerca do que vem ser de fato Educação ambiental, os sujeitos *conhecimentos e valores* pensam diferente, relacionando como forma de cultura e de educação para a sustentabilidade. A literatura nos mostra que existem muitas definições sobre o que se compreende sobre o termo Educação Ambiental, sobre isso, Para Tristão (2004) diz que é um caminho a se percorrer da educação para a sustentabilidade, buscando transformações éticas, tendo como princípio a prática, a qual fortalece iniciativas para cidadania, ecopedagogia, sociedades sustentáveis e gestão ambiental. Já a Lei 9795/99 da PNEA dispõe que são os processos nos quais o indivíduo ou o coletivo criam valores sociais, conhecimentos, habilidades e competência voltadas para a conservação do ambientes e seus recursos (BRASIL,1999).

Assim, como a concepção dos professores acerca da educação ambiental, a prática docente dos mesmos não é diferente. Os professores desenvolvem atividades de meio ambiente limitando na compreensão da questão ambiental em não jogar lixo no chão e manter as salas sem lixo, como observou-se no decorrer da pesquisa. Apenas o sujeito *Valores* afirma relacionar em suas atividades as consequências ambientais realizada pela ação humana, sendo uma visão mais ampla e crítica quando se trata deste processo. O quadro 02 mostra se os professores desenvolvem atividades ambientais:

#### Quadro 02 - Atividades ambientais desenvolvidas na escola

Você desenvolve atividades sobre Educação Ambiental? Quais são?	
<b>Atitude</b>	<i>Sim, mais relacionada com o lixo e poluição.</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Sim, Como manter a sala sempre limpa, como os combinados acordados pelos próprios alunos; <b>lugar de lixo é no lixo</b>; não jogar lixo no chão; cada aluno deverá colher o seu próprio lixo produzido em um saco plástico, etc.</i>
<b>Valores</b>	<i>Sim, orientações, aula passeio mostrando prejuízos que o homem causa na natureza.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

O entrevistados afirmam desenvolver atividades de educação ambiental, porém restringem suas atividades em poluição, apenas o sujeito *Valores* desenvolve

ações mais abrangentes, levando os estudantes a uma reflexão socioambiental. As atividades e ações ambientais realizadas no processo de ensino, precisam ter um planejamento, um objetivo a ser alcançado, trazendo a realidade do lugar que o estudante se insere, a fim de construir concepções sobre a relação homem/natureza/sociedade. Compactuamos com o pensamento de Guimarães (2013) quando ele enaltece que o educador precisa trabalhar os conteúdos escolares relacionando com a realidade concreta, contextualizando o conhecimento sistematizado.

Os sujeitos indagados sobre se trabalham de forma interdisciplinar o tema ambiental, afirmam que sim e reconhecem a importância de se trabalhar questões ambientais interligando com outras disciplinas e utilizando métodos diferenciados para desenvolver conhecimentos no dia a dia do estudante, e a indispensável presença da interdisciplinaridade nas atividades, como apresenta o quadro 03.

### Quadro 03 - Trabalho interdisciplinar na questão ambiental

<b>Você trabalha de forma interdisciplinar o tema meio ambiental?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>Sim, trabalhamos no dia a dia nas atividades de sala.</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Sim, envolvendo matemática, português, ciências, geografia e história.</i>
<b>Valores</b>	<i>Sim, <b>é necessário que a interdisciplinaridade esteja presente na sala de aula, senão a aula não tem sentido</b>, como são crianças procuramos trazer assuntos através de músicas, histórias etc, e então fazer a interdisciplinaridade.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Eles afirmam trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula, pois a aula fica sem sentido, sem contextualização, como afirma *valores*. A interdisciplinaridade é indispensável para envolver vários campos do conhecimento, preparando os sujeitos para a vida e bem-estar pleno. Guimarães (2013) defende que o conhecimento não deve haver fragmentações, ele precisa seguir o saber interdisciplinar para compreender o ambiente como um “todo” e não somente as partes. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento e questiona quando não é exercitado a inter-relação e a influência entre eles, ou seja, é uma relação entre as disciplinas (BRASIL, 1997).

Os docentes afirmam trabalhar de maneira interdisciplinar, porém no decorrer da pesquisa a partir das observações, percebemos que os mesmos não desenvolvem essa prática em sala de aula, pois ficam muito limitados nos livros didáticos, apenas seguem os conteúdos e atividades direcionadas nesses livros, não fazem atividades diferenciadas, não abrem espaço para questionamentos, entre outras situações.

Foi perguntado a eles se são conhecedores da lei nº 9795/99, disseram que sim, porém apenas parcialmente, não se aprofundaram sobre ela, não disseram o que ela expõe a respeito de suas normas e orientações, já ouviram falar, mas não conhecem ela na íntegra, inclusive a secretária lembra de quando ela foi criada, e desde daí não percebeu mais sua presença nas instituições, como apresenta o quadro 04:

#### **Quadro 04 - Conhecimento dos sujeitos acerca da Lei 9795/99**

<b>Você é conhecedor (a) da Lei 9795/99?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>Conheço, mas não muito.</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Sim, <b>parcialmente</b></i>
<b>Valores</b>	<i>Sim, sei que institue a Política Nacional de Educação Ambiental.</i>
<b>Interação</b>	<i><b>Não conheço ela em si</b>, mas ouvimos falar dela, mas ler ela na íntegra não. Eu lembro que logo quando ela surgiu em 99, houve um grande interesse na escola, na universidade, mas parece que com o tempo a lei foi morrendo.</i>
<b>Conhecimento</b>	<i>Sim. A lei nº9795/99 foi criada em 27 de abril de 1999.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Percebemos que os entrevistados demonstram não conhecer a lei, não argumentaram sobre ela, apenas sabem que pertence a PNEA. Vale ressaltar que, no dia 27 de abril de 1999, foi aprovada a Lei nº 9795/99 e seu regulamento, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA que foi criada para reforçar e qualificar o direito de todos para a educação ambiental, apresentando princípios e objetivos. Como confirma Lipai, Lyargues e Pedro (2018) esta lei não concretiza ou operacionaliza a educação ambiental no projeto político pedagógico da escola brasileira, mas ela disponibiliza orientações e objetivos, sendo possível desenvolver diretrizes comuns, como a percepção complexa da questão ambiental, interações entre ambiente, cultura e sociedade, assim como os aspectos crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente que podem ser trabalhados em cada nível e modalidade de ensino.

Os sujeitos pesquisados desconhecem as orientações e objetivo da lei nº9.795/99, sendo assim surge um questionamento, Como é possível desenvolver atividades interdisciplinares sem conhecer a lei? Esta lei é indispensável quando se trata de uma percepção mais ampla da questão socioambiental, na relação complexa de homem/sociedade/natureza, então se os docentes não compreendem essas diretrizes, não saberão como lidar com essas questões em sala de aula, deixando rupturas e fragmentações de conhecimentos para seus alunos.

Em relação aos desafios para desenvolver atividades de meio ambiente, afirmaram que o maior desafio é envolver os adultos, ou seja, a família desse estudante, os pais não educam seus filhos em casa sobre os cuidados com o ambiente, e isso repercute na vida do aluno, principalmente na escola, e sem o apoio da família fica difícil desenvolver certas ações, como mostra o quadro 05:

**Quadro 05 - Desafios encontrados para desenvolver atividades ambientais**

<b>Existem desafios para desenvolver atividades de meio ambiente?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>O desafio é o da <b>conscientização que envolve os adultos</b>, que sabem do prejuízo que causam ao meio ambiente, mas continuam prejudicando o ambiente que vivem.</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Sim, desafios não faltam. Toda e qualquer forma de educar, enfrenta desafios, <b>é difícil ser aceita pela sociedade escolar</b>. E aqui não é diferente, fazemos das tripas coração para que tudo aconteça no seu devido tempo.</i>
<b>Valores</b>	<i>sim existe, por exemplo a <b>ignorância do povo</b>, descaso dos governantes.</i>
<b>Interação</b>	<i>Muitos são os desafios para conscientiza-los, principalmente a educação caseira do próprio ser humano, tanto professor como o aluno, porque a educação ambiental perpassa pela tua educação caseira, se você aprendeu que se comeu um bombons não pode jogar no meio da casa, no meio do corredor, você leva isso pra sua vida, <b>mas se você não aprender isso em casa fica complicado a escola trabalhar</b>.</i>
<b>Conhecimento</b>	<i>Com certeza, existem muitos desafios para nós professores, nós enquanto escola fazemos todo o processo, ensinamos com conteúdo e na prática para os nossos alunos, <b>mas o nosso grande desafio é atingir a família desse aluno</b>, pois em sua grande maioria dos pais não há esse pensamento de conscientização do meio ambiente, essa prática inadequado de o meio ambiente muitas vezes vem de casa. O trabalho é grande, mas nos conseguimos mostrar e fazer com que os nossos alunos adequem esse pensamento de conservação e preservação do meio ambiente.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Os desafios para trabalhar questões ambientais, segundo os sujeitos entrevistados, é o envolvimento e participação da família ou o responsável dos estudantes para sensibilizar os mesmos para construir valores ambientais. Para



acontecer a Educação Ambiental precisa envolver todo o corpo docente, a determinação de cada pessoa envolvida no processo de ensino, exercitando suas funções, assim como a escola em geral, abrindo espaço para planejamento, idéias e experiência dos educadores, e buscar estratégias para fazer um elo entre família e escola. Guimarães (2013) ressalta que faz-se necessário assumir o planejamento como ação pedagógica indispensável para fazer a acontecer a educação ambiental, com participação de professores, alunos, segmentos comunitários, agentes sociais, facilitando a compreensão e prática integral e integrada sobre a realidade vivenciada.

Dois dos entrevistados *Habilidade e interação* apontaram a necessidade de se trabalhar a questão ambiental em relação a poluição das ruas e de suas casas, e o restante tiveram a preocupação em formar estudantes formadores de opinião e reflexivos sobre suas ações, e da sociedade em geral, como mostra o quadro 06 a seguir:

**Quadro 06 - Importância desenvolver a questão ambiental na escola**

<b>Qual a necessidade de se trabalhar a questão ambiental?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>Garantir o futuro do planeta, pois <b>ele não está sendo cuidado pelo o homem.</b></i>
<b>Habilidade</b>	<i>Há várias. <b>Uma das mais importantes é a própria casa, o ambiente em que mora.</b> Um ambiente não higiênico torna as pessoas vulneráveis às diversas doenças e o educando demonstra com suas atitudes, suas maneiras, e costumes na sala de aula. <b>É na escola como é em casa.</b></i>
<b>Valores</b>	<i>Os problemas ambientais tem causado grandes danos a natureza e são decorrentes principalmente da <b>ação inadequada do homem que vem contribuindo para a degradação do meio.</b> Por isso faz se necessário trabalhar as questões ambientais para conscientizar o homem.</i>
<b>Interação</b>	<i>Toda, a questão ambiental é uma questão de saúde publica, não só ambiental florestal, <b>mas o ambiente em que você vive, a limpeza da sua rua, da sua cidade.</b></i>
<b>Conhecimento</b>	<i>Sim, porque hoje tem toda uma preocupação da sociedade em geral e em particular escolar. Porque o ambiente escolar é o formador intelecto do individuo <b>e dentro desse processo de fazer com que nos alunos adquiere o interesse e a responsabilidade com meio que vive.</b> A secretaria municipal de educação tem toda uma preocupação em formar aluno formador de opinião e ao mesmo tempo em que se preocupe com os problemas ambientais da região e principalmente da nossa cidade.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Os sujeitos *atitudes, valores e conhecimento* apontam a importância das ações e atividades para formar a responsabilidade ambiental dos alunos. É indispensável organizar situações de aprendizagens que sejam desafiadoras para os estudantes, para que eles tornem-se capazes de identificar problemas de sua realidade,

estimulando indagações e que sejam capazes de buscar soluções, inclusive é preciso levá-los a refletir e compreender o ambiente em que está inserido, pois ele está presente na relação homem/natureza. Guimarães (2013) discute a postura incorreta do ser humano diante da natureza, aponta que educar precisa trabalhar a integração entre ser humano e ambiente, pois ele é natureza e não somente parte dela. Dias (2013) discute acerca das problemáticas ambientais e sociais causados pela ação humana, que é o modelo de desenvolvimento presente na contemporaneidade que gera opulência, exclusão social e as duas juntas degradam, gerando uma crise de percepção, o atual estilo de vida destroem os sistemas de base da existência humana.

Perguntados se desenvolvem ações ambientais somente na instituição, todos os sujeitos confirmaram que todas as ações nessa questão são extendidas para fora da escola, apesar da escola não possuir um projeto específico, é desenvolvida atividades extraclasse, e em alguns momentos a comunidade participa dessas ações, como mostra o quadro 07 a seguir:

#### **Quadro 07 - Espaços em que as ações ambientais são desenvolvidas**

<b>As atividades ambientais são desenvolvidas somente dentro da instituição?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>Não, em alguns momentos <b>envolvemos a comunidade</b> de forma em geral.</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Não. A escola também <b>desenvolve atividades externas</b> nesse ramo da higiene ambiental, como, coletas de objetos recicláveis e não recicláveis, coleta de lixo diversos e palestras sobre o meio ambiente.</i>
<b>Valores</b>	<i>Na maioria das vezes não, quando fazemos projetos nessa questão <b>levamos para fora da escola.</b></i>
<b>Interação</b>	<i>Geralmente quando a gente trabalha uma atividade, <b>as crianças tendem a levar pra casa.</b> A escola não possui um projeto específico, a gente busca trabalhar daqui ali. Não tem ação programada, a escola busca trabalhar com os professores.</i>
<b>Conhecimento</b>	<i>Não, as nossas atividades acontecem <b>dentro do ambiente e escolar e fora, na comunidade em que a escola esta inserida.</b> Exemplo: coleta de lixo, depósitos na ruas do bairro e outras.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Todos relatam que a escola expande suas ações ambientais para outros lugares que não sejam somente a instituição, envolvendo a comunidade em geral. Diante disso, é preciso expandir novas idéias que são formadas nas instituições, saindo do âmbito escolar para as comunidades em geral, para que outras pessoas possam ter acesso a essas informações e conhecimentos, construindo suas noções socioambientais. Ramos e Ramos (2008) dizem que o engajamento de um docente

em projetos significativos na sociedade atual, na educação continuada e nas relações com outros professores, estimula o mesmo a ultrapassar antigos padrões quando se veem proprietários do conhecimento amplo do meio ambiente. Tristão (2004) afirma que o objetivo da escola é construir valores por meio de estratégias, permitindo um espaço para os estudantes para o que deve conservar em sua herança cultural, natural e econômica, a fim de chegar a equilíbrio com a sustentabilidade.

Quando foram questionados sobre os desafios enfrentados para desenvolver ações ambientais, os sujeitos afirmaram a falta de participação e apoio dos adultos e da família desses alunos, diante disso, há uma contradição nessas respostas, pois se é desenvolvida atividades extraclasse, então dificilmente elas são concretizadas, justamente por falta de apoio e ajuda da família. Outra situação é que eles asseguraram que em alguns momentos a comunidade participa dessas ações, ou seja, se contradizem outra vez.

Eles alegam desenvolver atividades extraclasse, palestras, coleta de lixo, entre outros, porém senão conhecem a lei, Como é garantida a eficácia desse ações? Os próprios mediadores de conhecimento, que deveriam saber de um elemento fundamental para sua prática docente, a fim de formar cidadãos responsáveis e formadores de opinião, desconhecem a lei de PNEA. Contudo, fica difícil desenvolver de maneira crítica, a concepção dos estudantes acerca da relação entre ser humano e natureza.

Sobre a formação dos sujeitos acerca do tema ambiental, os professores afirmaram que tiveram disciplina relacionada, mas não souberam afirmar qual foi, ressaltando que eles tem formação no curso de Pedagogia e Normal Superior, como apresenta o quadro 08 abaixo:

#### **Quadro 08 - Disciplina de meio ambiente na formação dos docentes**

<b>Na sua formação docente houve alguma disciplina relacionada ao meio ambiente?</b>	
<b>Atitude</b>	<i>Sim, talvez</i>
<b>Habilidade</b>	<i>Sim.</i>
<b>Valores</b>	<i>Que eu conheça não, só se tivermos temas transversais ou interdisciplinares.</i>

Fonte: Guimarães (2018).

Os professores entrevistados tem formação em Pedagogia e Normal Superior, mas demonstram não lembrar se tiveram uma formação, ou uma disciplina em que puderam ter uma formação socioambiental para contribuir com a qualificação para

atuar nessa área do conhecimento. Vale lembrar que há essa necessidade de trabalhar na formação desses professores, pois eles são os mediadores do conhecimento, ele é responsável para mediar o conhecimento para os estudantes, necessita de uma qualificação na sua formação, não podendo ficar restrito a um ensinamento tradicional.

Apartir do ano da graduação dos sujeitos entrevistados, que foi entre o ano de 2002 a 2004, o curso de Normal Superior apresenta em sua matriz curricular uma disciplina específica intitulada Educação Ambiental, com carga horária de 60 horas, ou seja, os mesmos tiveram em sua formação docente uma disciplina que complementa a Educação Ambiental, porém não recordaram isso.

Observamos que os docentes exercem há muitos anos a profissão, muitos não recordam do que estudaram, e enfrentam desafios para atuar, mas sua qualificação é necessária para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça com melhor rendimento. Pois ficaram bastante tempo sem rever conceitos, atualizar suas informações, e se renderam ao cotidiano escolar, se preocupando em cumprir horário e seguir o calendário escolar.

Toda essa situação, é preocupante, pois eles são os responsáveis em apresentar e mediar conhecimentos aos estudantes, de que forma vão estimulá-los para questões socioambientais, é como se não tivessem uma graduação, não são capacitados para desenvolver e motivar os educandos para construir sujeito apitos a consciência ambiental, se nem mesmo lembram do que estudaram trabalhar essas questões ambientais. Ressaltando que falta apoio das Secretarias Municipais de Educação, para disponibilizar cursos de qualificação, formação continuada, comprometimento do poder público, salários baixos, desmotivação, entre outros (DIAS, 2003).

Tristão (2004) afirma que qualquer processo de formação é *continuum*, eles são movedores dos processos e situações de aprendizagem no âmbito escolar. Os educadores não podem ter uma formação baseada no treino e repetição. Salientando que a universidade é um importante contexto a ser explorado, pois envolve pesquisa, e formação continuada dos educadores atuantes. Moreira e Silva (1994) apontam um ajuste, criar uma nova forma para a educação do professor, como em projeto político como forma de política cultural, colocando os futuros docentes como intelectuais responsáveis por criar espaços públicos mais democráticos e críticos.

### 3.1.1 - Depoimento do sujeito identificado *motivação* sobre as atividades que são desenvolvidas na escola

Foi possível verificar que a escola realiza ações e atividades nas semanas comemorativas, que envolve o corpo docente e os responsáveis dos alunos, em relação a diversos assuntos, entre eles questões socioambientais, nos quais é trabalhado no decorrer da semana.

Feita as observações por meio de uma conversa com o sujeito identificado *motivação*, é possível afirmar que o calendário é desenvolvido de acordo com o calendário da secretaria da Sedema, que além do corpo docente trabalhar em sala de aula e com atividade extraclasse, a Sedema realiza palestra sobre alguns temas, como, dengue e lixo, água, árvore, sobre uso e conservação do solo, biodiversidade, meio ambiente, proteção das floretas e do consumo consciente. Diante disso, *Motivação* foi questionada sobre essas atividades, como são desenvolvidas:

*Nós trabalhamos, temos parceria com a Sedema (Secretaria de Educação e Meio Ambiente), e inclusive fizemos e foi bem repercutido no programa de tv uma reportagem do dia da água, fizemos uma mobilização junto como bairro da Francesa, a Sedema disponibiliza palestras sobre a queimada, de acordo com o calendário, logo no início teve da dengue. É trabalhado anualmente, de forma interdisciplinar, agora a gente vai ter arborização aqui na escola e jardim que a Sedema vai fazer, uma ação com parceria. (Motivação, out de 2018).*

De acordo com as informações dadas pelo sujeito *Motivação*, a educação ambiental é tratada com temas transversais somente em datas comemorativas, o calendário depende da parceria com a Sedema, que inclusive vai desenvolver ações de arborização e jardinagem, mas não é um projeto exclusivo da instituição. Percebemos que há uma contramão daquilo que a Política Nacional estabelece.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a transversalidade possibilita na prática educativa uma relação entre aprender na realidade e dos conhecimentos teoricamente sistematizados e questões de vida real, ela promove entendimentos dos diferentes objetos de conhecimento, ela abre espaço para incluir saberes extra-classe, havendo uma relação de significado na realidade do aluno (BRASIL, 1997).

### 3.1.2 Primeira aplicação de oficina interdisciplinar sobre elementos naturais com a turma do 2º ano

Foi possível observar que a escola tem um espaço com horta e plantas diversificadas, e inclusive haverá ações de arborização e jardinagem, mas, como anteriormente argumentado, não possui um projeto específico para este espaço ser trabalhado relacionando com a realidade dos alunos. Pensando nisso, foi aplicada uma oficina com o intuito de aproximar os alunos com aquele espaço, levando-os a refletir sobre as plantas e questões que esse tema relaciona, realizada no mês de maio.

Para realizar a oficina, foi escolhida a turma do 2º ano, por que de acordo com a BNCC, no componente curricular de Ciências, é preciso garantir aos alunos o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, como: analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico, assim como a relação que estabelecem entre eles (BRASIL, 2018). Especificamente para o 2º ano do Ensino Fundamental este documento propõe como objetos de conhecimento “Seres vivos no ambiente” e “Plantas”. Pensando nisso, a temática da oficina foi relacionada a essas competências e habilidades, por isso realizou-se numa turma de 2º ano.

O mês de maio foi escolhido pois se comemora no dia 03 o “Dia do solo e pau-Brasil”, dia 05 “Do campo”, dia 22 o “Dia Internacional da Biodiversidade e no dia 27 o “Dia da Mata Atlântica”. Em vista disso, a oficina foi desenvolvida numa turma de 2º ano, apresentando atividades que podem ser utilizadas para trabalhar a interdisciplinaridade de um tema relacionado ao meio ambiente que são os elementos naturais (água, solo e ar). A partir deste tema relacionar com outros conteúdos das ciências humanas e da natureza como meios de transportes, habitação, agricultura, reciclagem, etc, da Língua Portuguesa a formação de palavras, rimas e memorização. Na arte, a exploração do tema por meio de música e outras atividades diferenciadas.

Os recursos materiais foram: Texto impresso, notebook, caixa de som, balão, bomba de ar, livro, copo de plástico, vela, prato de vidro, garrafa pet, água, areia, argila, terra preta, barbante, papel Cartão. A oficina teve como objetivo geral sensibilizar, de modo prazeroso e lúdico a importância dos elementos naturais

(água, solo e ar) para o meio ambiente, com abordagem interdisciplinar e alguns específicos como:

- ✓ Refletir sobre os cuidados com o ambiente (música);
- ✓ Identificar os elementos naturais (água, solo e ar) e sua importância por meio de observações concretas (atividade experimental);
- ✓ Identificar os tipos de solo (atividade experimental);
- ✓ Construir e aprender mais palavras por meio da brincadeira (loto leitura);
- ✓ Refletir sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita (loto leitura);
- ✓ Estabelecer correspondência entre a pauta sonora e a escrita (loto leitura);
- ✓ Estimular a criatividade, imaginação e exercita a memorização e o raciocínio lógico (jogo da memória);
- ✓ Compreender que as palavras são compostas por unidades sonoras menores (jogo palavra dentro de palavra);
- ✓ Compreender que uma sequência de sons que constitui uma palavra pode estar contida em outras palavras (Jogo palavra dentro de palavra).

No primeiro momento foi identificado os conhecimentos prévios dos alunos a partir de uma reflexão sobre uma Toada (A grande maloca) que expõe cuidados e preocupação com o planeta terra em cerca de 40 minutos. Depois desenvolvemos atividades experimentais sobre permeabilidade do solo, presença e pressão do ar e contato de ar quente com a água, explicando oralmente cada uma em 20 minutos. Enfim, dividimos grupos para resolução de loto leitura com palavras de quatro, cinco e seis, jogo da memória de reciclagem e jogo palavra dentro de palavra que rimam, envolvendo o que foi estudado na aula. Como apresenta a figura 01 e 02:



**Figura 01:** Loto leitura na temática ambiental.  
Fonte: Guimarães, 2018.



**Figura 02:** Jogo da memória com tema reciclagem.  
Fonte: Guimarães, 2018.

As crianças interagiram de forma positiva, participaram de todas as atividades propostas que apresentava cuidados com o ambiente, como reciclagem, cuidados com fauna e flora; com técnicas concretas utilizando elementos naturais, além de relacionar com diversas abordagens relacionadas com o tema, tendo o contato com a ciência experimental. Os estudantes puderam entrar em contato com essas discussões aprimorando seus conhecimentos acerca da relação homem, natureza e desenvolvimento. O objetivo geral e os específicos foram alcançados, pois houve o *feed back* entre pesquisador e alunos, que participaram ativamente das atividades, e os mesmos se sensibilizaram com o tema e refletiram sobre o cuidado com o



ambiente, identificaram os elementos naturais, os tipos de solo, estimularam sua criatividade e o raciocínio lógico, entre outros.

### 3.1.3- Segunda aplicação de oficina interdisciplinar sobre plantas com a turma do 2ºano

Foi desenvolvido outra oficina no mês de outubro, pois neste mês se comemora no dia 03 o “Dia Nacional das Abelhas”, dia 05 dia “Dia das aves”, dia 12 “Dia Mundial para a preservação de desastres naturais” e o “Dia do Mar”, no dia 15 “Dia do consumo consciente” e no dia 16 comemora o “Dia Mundial da Alimentação”. A oficina permaneceu na turma de 2º ano, foi interdisciplinar (ciências, geografia, matemática e português), o conteúdo trabalhado foi as plantas (frutas); relacionado com alimentação; moradia; tabelas e gráficos e produção textual.

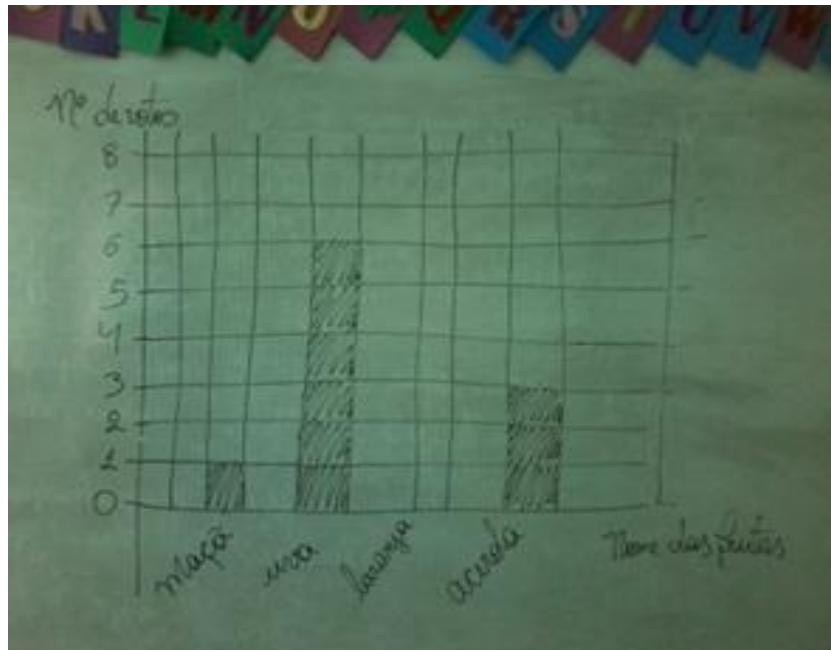
Os recursos materiais utilizados foram: Notebook, caixa de som, retroprojeter, pincel de quadro, caderno e lápis. O objetivo geral foi reconhecer e classificar os diferentes tipos de plantas, a função de cada parte das plantas e sua utilidade em nossa vida com abordagem interdisciplinar, e os objetivos específicos foram:

- ✓ Identificar alguns tipos de plantas;
- ✓ Nomear as partes das plantas;
- ✓ Perceber a diversidade de plantas no local;
- ✓ Aprender a construir e interpretar tabelas e gráficos;
- ✓ Praticar a escrita;
- ✓ Identificar as utilidades das plantas.

Primeiramente foi identificado os conhecimentos prévios dos alunos a partir de uma roda de conversa sobre as plantas de forma geral em torno de 40 minutos. Questionando sobre quais plantas já conheciam, se tinham em casa, como cuidavam dela, para quê elas serviam, etc. Depois foi explicado o tema por meio de vídeo aula; e explicação oral com slides sobre tabelas e gráficos, além de conversa informal e revisando sobre o que já tínhamos discutido, com o tempo de 35 minutos. Como mostra as figuras 03 e 04 a seguir:



**Figura 03:** vídeo aula e exposição oral.  
Fonte: Guimarães, 2018.



**Figura 04:** Construção de gráficos e tabelas.  
Fonte: Guimarães, 2018

No terceiro momento os estudantes foram para fora da sala para observar as plantas que existem na escola, e escrever no caderno uma lista dos nomes de cada uma que conseguir identificar e levá-los a uma reflexão sobre a importância delas em nossas vidas, além de corrigir a grafia dos nomes das plantas no quadro. Como mostra a figura 05.



**Figura 05:** Pesquisa e identificação das plantas.  
Fonte: Guimarães, 2018.

Os estudantes participaram de todas as atividades propostas. Puderam identificar diretamente algumas plantas que eles já conheciam, frutíferas e medicinais como a babosa e o capim santo na parte externa da sala, gostaram do vídeo sobre as plantas e viram alguns objetos e alimentos que se originam delas. Escolheram algumas frutas preferidas como a acerola, uva, laranja e maçã para construir a tabela e o gráfico, a acerola foi a mais votada, aprenderam noções de adição e subtração. O objetivo geral desta oficina, assim como os específicos foram alcançados, por que houve o retorno do qual os estudantes foram desafiados, pois reconheceram e classificaram os tipos de planta, a utilidade delas em nossas vidas, aprenderam a construir tabelas e gráficos, praticaram a escrita, entre outros.

Foram duas oficinas interdisciplinares, que foram desenvolvidas com o intuito de apresentar trabalhos como processo de ligação entre as disciplinas que contribui para o aprendizado dos alunos, relacionando uma disciplina com outras para a compreensão da realidade em sua complexidade. Como ressalta Lima (2008) é preciso mudança na estrutura curricular, pois é visto como incapaz e de maneira fragmentada, não havendo a compreensão da realidade, pois carece o diálogo entre professor e aluno, é um passo determinante para fazer acontecer esse processo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, nas diversas áreas do currículo escolar existem ensinamento com temas transversais, eles educam questões sociais através de concepções e dos valores presentes, por exemplo, a questão ambiental e a escola não trabalhada especificamente, mas a geografia, história e Ciências naturais vincula concepção de ambiente, assim efetua uma certa educação ambiental (BRASIL,1997). A necessidade de trabalhar em duas etapas, foi com intuito de tornar a experiência ainda mais enriquecedora, fazendo com que os estudantes comparassem e diferenciassem o que foi estudado na primeira e na segunda oficina, pois foi um momento de diálogo em relação a vivências e experiências dos mesmos, no qual os alunos puderam questionar, discutir e compartilhar conhecimentos.

Destarte, as atividades desenvolvidas foi um espaço para os estudantes participarem de forma ativa nas atividades, e não só ficassem como mero expectadores, ressaltando que puderam questionar, criar, e analisar os saberes. Foi um momento que eles refletiram sobre o que estudado antes e depois das oficinas, enfatizando que foi uma atividade lúdica e diferenciada, saindo um pouco da rotina dos estudantes, de cópia, leitura didigida e atividades memorizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra possui um grande espaço físico para desenvolver atividades ambientais. É próximo a um lago urbano denominado pelos moradores como Lagoa da Francesa, todavia, devido a ação antrópica é um lago degradado. Este lugar já seria palco para as atividades ambientais da escola, todavia, há, uma desconexão nessa relação, como foi observado ao longo das argumentações do corpo técnico e docente da referida escola.

Salientamos que a escola como formadora de sujeitos, precisa contextualizar seus ensinamentos com a realidade desses alunos. A escola por não ter um projeto exclusivo para desenvolver e integrar os estudantes e a comunidade em geral, precisa desenvolver ações interdisciplinares contextualizando com a realidade inserida, trabalhando no dia a dia da escola, como as oficinas interdisciplinares que foram desenvolvidas no 2º ano. Falta formação continuada para os professores, qualificando-os para prepará-los e mudar a concepção de educação ambiental para trabalhar da melhor forma essas questões com os estudantes.

Os professores precisam conhecer a lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, precisam ter acesso as suas orientações, objetivos e normas para mudar a realidade do ensino atual, ser inserido no currículo da escola, formando sujeitos críticos, com uma concepção ampla sobre sua relação com o ambiente, refletindo sobre suas ações e condutas. Nesse contexto, a escola precisa realizar ações que aproximem a família desses alunos para participar da vida escolar dessas crianças, proporcionando informações, envolvendo-os na prática, abrindo espaço para os pais e organizando estratégias para incentivar os responsáveis para ajudar a escola a sensibilizar esses estudantes para práticas mais sustentáveis.

Sabemos que Educação Ambiental é um processo contínuo, o qual sua inserção nas unidades de saberes é indispensável na sua execução. Esta área do saber possui a meta de reflexão entre o conhecimento e a compreensão dos sujeitos para as condições do meio em que se insere, que influencia nos conhecimentos, valores e habilidades para os sujeitos agirem de maneira segura e eficaz na resolução dos problemas ambientais da sociedade contemporânea.

No que tange às questões norteadoras, analisamos que:

- A escola trabalha as questões ambientais com base na lei 9795/99 da PNEA? A escola não trabalha as questões ambientais com base na lei 9795/99 da PNEA, pois os professores não são conhecedores da Lei nº 9795/99 que orienta e principia formas para a prática desse processo, a concepção dos mesmos acerca de Educação Ambiental é reducionista, distante de um conceito amplo, que visa construção de valores e habilidades voltadas para a conservação do ambiente, ressaltando a importância da relação homem e ambiente.

- *Os professores são conhecedores da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental?* Os professores não são conhecedores da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, eles não tratam questões ambientais com abordagem interdisciplinar em sala de aula, pois precisam de uma formação continuada, pois os mesmos nem lembram se tiveram em suas formações docentes disciplinas relacionadas com o meio ambiente.

- *A escola possui algum desafio para desenvolver ações ambientais?* A escola possui desafios para desenvolver ações ambientais, principalmente no que se diz respeito a participação dos adultos, os entrevistados apontam a culpa na família dos alunos, que não participam desse processo de sensibilização e consciência ambiental das crianças.

- *É possível desenvolver atividades interdisciplinares a partir da realidade do aluno?* É possível desenvolver atividades interdisciplinares a partir da realidade do aluno, como foi apresentado nas duas oficinas interdisciplinares que abordaram sobre elementos naturais e plantas, relacionando com o espaço em que os alunos fazem-se presentes, levando os alunos a refletirem sobre os conceitos de vários conteúdos teoricamente sistematizados com a sua realidade.

Ao longo da pesquisa foi possível analisar o processo de reflexão e ação da Educação Ambiental na Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra a partir da Política Nacional de Educação Ambiental por meio das observações e coletas de dados realizados na escola. A temática ambiental é tratada apenas como tema transversal em datas comemorativas, sendo que a abordagem interdisciplinar não é desenvolvida, chegando a ser um desafio para formar cidadãos responsáveis, compreendedores de práticas mais sustentáveis, ecológica e principalmente, crítica.

Diante das argumentações aferidas neste estudo, o processo de Educação Ambiental no currículo da Escola Mércia Cardoso Coimbra, precisa ser desenvolvido com base na lei 9795/99 para construir valores, conhecimentos e atitudes

socioambientais para uma sociedade de maneira interdisciplinar, reflexiva e crítica, afim de todos os sujeitos compreenderem a relação de homem/sociedade e natureza, inclusive para se ter práticas mais sustentáveis, garantindo a qualidade ambiental, econômica e social como preconiza as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina Cardoso. **Práticas Docentes no Ensino de Ciências Naturais.** Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Ciências da natureza no ciclo de alfabetização. Brasília, 2015.

BOTELHO, Joacy Machado. **Metodologia científica/** Joacy Machado Botelho, Vilma Aparecida Gimenes da Cruz.-São Paulo: Person Education do Brasil, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria da Educação Fundamental. Brasil:MEC/SEF,1997.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 9795/99, 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e da outras providências. Diário Oficial da república. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm).> Acesso em: 13 de Agost.2017.

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. Disponível em:<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/BNCC\\_publicação.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/BNCC_publicação.pdf)> Acesso em: 09 de Nov. 2018.

CAMARGO, Paulo. **A (in) definição do currículo.** Paulo de Carmargo,10 de setembro de 2011.

CORDIOLLI, Marcos. **Currículo, cultura escolar e gestão do trabalho pedagógico/** Marcos Cordioli-Curitiba: A casa de Astérion, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas/** Genebaldo Freire Dias-8.ed.-São Paulo: Gaia, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e gestão ambiental/** Genebaldo Freire Dias-1.ed digital.-São Paulo: Gaia, 2013.

DUTRA, Gracy Kelly Monteiro. **A criança e o espaço urbano: percepções ambientais na Amazônia/** Gracy Kelly Monteiro Dutra.-1.ed.Curitiba: Appris, 2017.



FARJADO, Elias Farjado. **Se cada um fizer a sua parte... ecologia e cidadania/** Elias Farjado. Rio de Janeiro: Ed.Senac Nacional,1998.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos./**Luiz Almir Menezes Fonseca. 3. Edição.Manaus: Editora Valer, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes à prática educativa/** Paulo Freire-46ª ed-Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

GARCIA, Joe. **Um estudo sobre o currículo de educação ambiental.** XI Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.Curitiba, de 23 a 26/09/2013.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão Ambiental na Educação.** Mauro Guimarães.- 11ªed.-campinas. São Paulo: Papyrus, -Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico. 2013.

GÜNTER, I. A. O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. In. J.Q. Pinheiro & H. Gunther (Eds.), **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa ambiente** (pp 53-74). São Paulo. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2008.

KRUEL, Alexandra Jochims. **Igancys Sachs-umavoz sempre atual na sociedade.** VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis/SC, 23 a 25 de maio de2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.7.ed.SãoPaulo: Atlas, 2010.

LIMA, Jaqueline Andrade Botelho. **Educação ambiental e interdisciplinaridade: desafio ou realidade no Colégio Militar de Belo Horizonte/** Jaqueline Andrade Botelho Lima. Belo Horizonte, 2008.

LIMA, Cristiane Cavalcante; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A representação social da educação ambiental: a visão docente no curso de Pedagogia.** / Cristiane

Cavalcante Lima e Arminda Rachel Botelho Mourão. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

LIPAI, Eneida Maekana; LYARGUES, Philippe Pomie; PEDRO, Viviane vazzi. **Educação Ambiental na escola: ta na lei...** Disponível em: <<http://www.google.com/search?ie=UTF-8&client=ms-android-samsung&source=android-browser&q=lipai+eneida+ta+na+lei.>> Acesso em: 08 Out.2018.

LOPES, Grácia; MELO, Teresa; BARBOSA, Neusa. **Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na escola + educomunicação: escolas sustentáveis/.**- Brasília: Ministério da educação Secad: Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2012.

MACEDO, Bianca Lacerda de; OLIVEIRA, Letícia Maria Fernandes de; REIS, Leci Martins Menezes. **A educação ambiental como estratégia de controle do uso da água: estudo de caso numa escola de ensino fundamental.** Educação Ambiental & Biogeografia / Giovanni Seabra (Organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2016. Vol. I. 2360 p.

MARTINS, G.D.A; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MINÉU, Humberto Ferreira Silva; TEIXEIRA, Raquel Alves; COLESANTI, Marlene de Munro. **A educação ambiental no currículo escolar do Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais.** vol. 19,n.2, 2014.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade/** Antonio Flavio Barbosa. Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). – São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Et. al. **Sustentabilidade na educação ambiental (Para uma cidadania comprometida)**. Ana Cláudia Oliveira, Lídia Maciel, Mariana Gonçalves & Marcelo Torre. Congresso viver ambiente, 2008.

OLIVEIRA, Elisangela S. de; GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Wasgthon A de. **Estágio com pesquisa**. 1ª ed. Cortez: 2015.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**. Edgar Morin e a ecologia complexa/ Alfredo Pena-Vega; tradução Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar pinheiro do Nascimento.- Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RAMOS, Margarete da Silva; RAMOS, Ronaldo da Silva. **Educação ambiental e a construção da sustentabilidade**. Pequenas escolas na construção de eco-responsabilidade local. Revista visões.- 4ª edição, nº4, volume 1, jan/jun 2008.

SACHYS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Ignacy Sachys. organização: Paula Yone Stroh.-Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo** [recurso eletrônico]/Organizador, José Gimeno Sacristán; tradução: Alexandre Salvaterra; Revisão Técnica Miguel González Arroyo. Dados eletrônicos-Porto Alegre.Penso, 2013.

SALES, Flávia Tiburtino de Andrade. **O software educativo no ensino de educação ambiental**. Educação Ambiental & Biogeografia / Giovanni Seabra (Organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2016. Vol. II. 2360 p.

SANTOS, Aldeci; VASCONCELOS, Carlos Alberto de. **Representações sociais e abordagem metodológicas dos professores em educação ambiental de jovens e adultos**. Educação Ambiental & Biogeografia / Giovanni Seabra (Organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2016. Vol. II. 2360 p.

SOUZA, Débora Malheiros Ribeiro de. Et al. **Educação Ambiental numa escola pública no território de Manguinhos/RJ a partir da pedagogia de projetos**.

Educação Ambiental & Biogeografia / Giovanni Seabra (Organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2016. Vol. I.2360 p.

TAVANO, Patrícia Teixeira; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Currículo**: Um artefato sócio-histórico-cultural. Patrícia Teixeira Tavano, Maria Isabel de Almeida. Revista espaço do currículo. 2018.

TORRES, Juliana Rezende; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. **Educação Ambiental crítico-transformadora no contexto escolar**: teoria e prática freiriana. Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire/Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Juliana Rezende Torres(org).-1.ed.-São Paulo: Cortez, 2014.

ROSA, Maria da Conceição Pereira. **Identidade profissional**. Como se vêem os professores na escola atual. Instituto Politécnico de Santarém, 2014.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**: rede de saberes./ Martha Tristão.- São Paulo: Annablume, 2004.

VITORASSI, Silvana; CASALE, Valéria. **Programa de Educação Ambiental da Itaipu Binacional: em busca da sustentabilidade**. Ministério do Meio Ambiente Foz do Iguaçu – Pr – Brasil. Anais do I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente, 28 a 30 de abril de 2009. UNIOESTE, Cascavel – Paraná – Brasil.

VIVEIRO, Romantto. **Alfabetização científica**: um direito de aprendizagem. or. Mauro Carlos, Alessandra Aparecida. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Ciências da natureza no ciclo de alfabetização. Brasília, 2015.

## APÊNDICE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho solicitar a sua autorização para participar de uma pesquisa de TCC intitulada “Das esferas da lei 9795 / 99 à realidade escolar: Uma análise da Educação Ambiental no currículo da Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra em Parintins / Am “, que tem como objetivo geral analisar sobre a Educação Ambiental no currículo de uma escola com base na lei 9795/99. Este estudo faz parte do requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sob orientação da Profa. Me. **Gracy Kelly M. Dutra**. A participação na pesquisa é voluntária, por isso não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca.

Todas as possibilidades de o senhor (a) estar em situação de conforto serão proporcionadas, para que não haja interferência no seu cotidiano. Caso contrário, as atividades a serem realizadas serão suspensas, para que não haja comprometimento de sua saúde física e mental da criança.

Se você necessitar de alguma informação mais detalhada, pode entrar em contato com a professora **Gracy Kelly M. Dutra**, no endereço profissional da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, na Estrada Odovaldo Novo, S/N, Dejud Vieira (Parintins/AM).

---

### CONSENTIMENTO PÓS - INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ entendo que a pesquisa “Das esferas da lei 9795 / 99 à realidade escolar: Uma análise da Educação Ambiental no currículo da Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra em Parintins / Am ” não terá custos à minha pessoa ou interferências no meu cotidiano e autorizo minha participação nesta pesquisa de livre e espontânea vontade. Afirmando ainda que me foi entregue uma cópia deste documento, assinada por mim e pela acadêmica pesquisadora.

Data \_\_\_/\_\_\_/2018.

---

Assinatura

---

Assinatura da acadêmica pesquisadora

## ANEXO

### A Grande Maloca

(Boi Garantido 200)

A esperança rege a canção da  
Amazônia

Os povos da floresta e os pássaros  
entoam

Em uma sinfonia de amor

Sublimando a vida e o Grande Criador

Oh ohh ohh oh ohhhhh

Mãe natureza ensina os povos a viver

A conviver em harmonia e sonhar

Mas não são todos que almejam  
aprender

E mesmo contra a correnteza vão  
remar

Se a humanidade não cuida da grande  
maloca,

A natureza dedilha tristes acordes

Tambores a ecoar pro o mundo não se  
acabar(2x)

Na fúria do mare dos ventos

No gemido da terra e da selva

E na seca dos rios da Amazônia avida suplicará

Acauã anuncia maus presságios

A pátria das águas será a pátria dos  
sertões

Ianbú prenuncia noite longa

É preciso sonhar e pensar nas futuras  
gerações

Kujubim canta o novo alvorecer

Paz e solidariedade precisamos  
semear

O Uirapuru dissemina o amor

E a canção do amor vamos entoar

Terra a grande maloca que devemos

Cuidar enquanto houver amanhã

Terra: a grande maloca nossa mãe,  
nosso lar(2x)